

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. PRÓ-GESTÃO	3
2. CONTEXTO ECONÔMICO	3
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA.....	6
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	7
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	7
5. ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII.....	13
6. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE.....	13
7. ANÁLISE DOS RISCOS	15
7.1. RISCO DE MERCADO	15
7.2. RISCO DE CRÉDITO	15
7.3. RISCO DE LIQUIDEZ	15
7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA.....	16
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá - IPASEMAR**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 5.272/2025, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.1 – 14 de abril de 2026.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de junho de 2026. A partir disso, serão analisados critérios referentes aos ativos investidos, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

1.1. PRÓ-GESTÃO

Com a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em setembro de 2024, o IPASEMAR reforçou seu compromisso com o aprimoramento contínuo da governança, da transparência e da prestação de contas da gestão. O RPPS obteve a certificação de Nível II em fevereiro de 2025.

2. CONTEXTO ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, caracterizado por juros ainda elevados, inflação acima da meta, fragilidade fiscal e volatilidade nos mercados. No Brasil, a atividade econômica avançou no início do ano, com crescimento de 1,1% do PIB no primeiro trimestre. Entretanto, os indicadores

divulgados posteriormente passaram a sinalizar moderação do ritmo de expansão. O mercado de trabalho permaneceu resiliente, contribuindo para a sustentação da renda e do consumo das famílias.

No campo inflacionário, os preços permaneceram pressionados ao longo do semestre, com destaque para os grupos de alimentação, habitação, energia elétrica e serviços. Embora alguns indicadores tenham apontado desaceleração na margem, a inflação seguiu acima da meta, mantendo as expectativas em níveis elevados. Nesse contexto, o Copom iniciou o ciclo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa Selic de 15,00% para 14,25% ao ano, mas preservou uma comunicação cautelosa, condicionando novos cortes à evolução da inflação, da atividade econômica, das expectativas e do quadro fiscal.

No cenário fiscal, as preocupações permaneceram relevantes ao longo do semestre, diante da persistência dos déficits públicos, do elevado nível de endividamento e das incertezas quanto à capacidade de cumprimento das metas estabelecidas. Em maio, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 56,1 bilhões, enquanto a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou 81,1% do PIB. Esse quadro manteve elevada a percepção de risco fiscal, influenciando as expectativas do mercado e aumentando a sensibilidade dos ativos domésticos.

No ambiente externo, a economia dos Estados Unidos manteve-se resiliente, embora tenham surgido sinais de moderação no mercado de trabalho, enquanto o Fed preservou a taxa de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano. Na zona do euro, a atividade permaneceu enfraquecida, e a inflação ainda acima da meta levou o BCE a elevar os juros em 0,25p.p. em junho, para 2,25% a.a.. Na China, a economia apresentou expansão moderada, ainda limitada pela fragilidade da demanda interna, pelas pressões no setor imobiliário e pelo menor impulso do comércio exterior.

O cenário geopolítico também contribuiu para a volatilidade dos mercados, especialmente em razão das tensões envolvendo Estados Unidos, Irã e Israel. Os riscos de interrupção do fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz elevaram os preços da commodity e os prêmios de risco em determinados momentos. Contudo, a sinalização de um cessar-fogo em junho favoreceu a forte queda das cotações do

petróleo, reduzindo parte das preocupações relacionadas à inflação global e aos custos de energia.

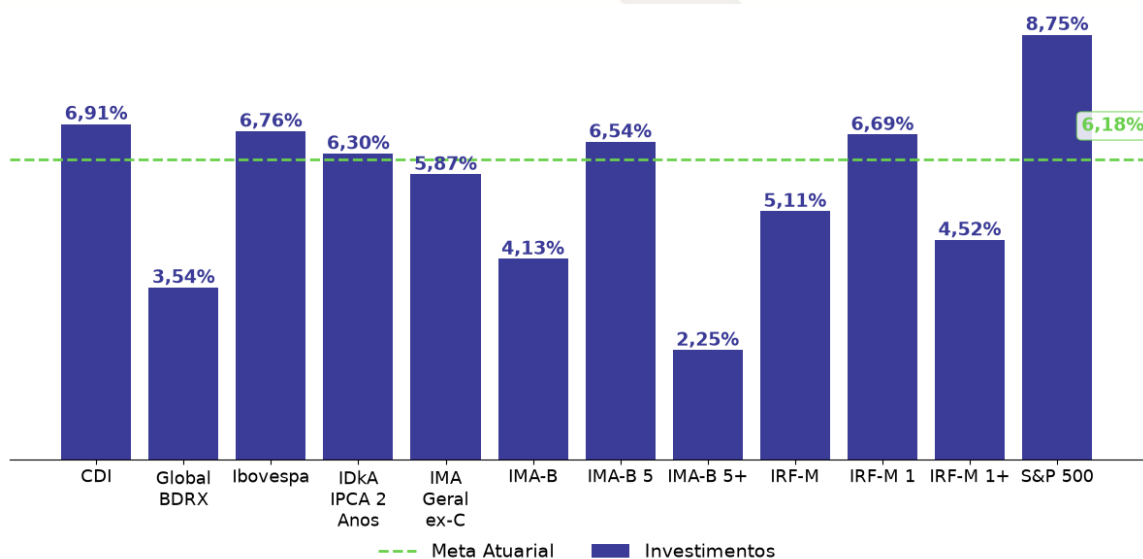
No que se refere aos investimentos, o semestre apresentou desempenho positivo, embora desigual entre os diferentes índices e, em grande parte, inferior à meta atuarial. Os principais destaques foram o S&P 500, que avançou 8,75%, o CDI, com retorno de 6,91%, o Ibovespa, que acumulou 6,76%, e o IRF-M 1, que registrou valorização de 6,69%.

Na renda fixa, os ativos de menor duration foram favorecidos pelo elevado patamar da taxa Selic, com destaque para o CDI e o IRF-M 1. Os índices de prazo mais curto atrelados à inflação também apresentaram desempenho próximo à meta atuarial, como o IMA-B 5, que acumulou 6,54%, e o IDkA IPCA 2 Anos, com retorno de 6,30%. Por outro lado, os ativos de maior duration registraram desempenho mais limitado, refletindo a manutenção de prêmios elevados na curva de juros diante das incertezas fiscais e inflacionárias.

Na renda variável, o Ibovespa apresentou retorno positivo de 6,76%, embora acompanhado de elevada volatilidade ao longo do período. No exterior, o S&P 500 foi o principal destaque, com valorização de 8,75%, enquanto o Global BDRX apresentou desempenho mais moderado, de 3,54%. O resultado do índice de BDRs refletiu a valorização dos ativos internacionais, parcialmente compensada pelos efeitos da variação cambial ao longo do semestre.

Dessa forma, o primeiro semestre de 2026 reforçou a relevância das estratégias mais conservadoras nas carteiras dos RPPS, especialmente aquelas vinculadas ao CDI e aos vértices mais curtos da curva de juros. Ao mesmo tempo, o período evidenciou a maior sensibilidade dos ativos de duration mais longa às incertezas fiscais e inflacionárias, bem como aos movimentos de reprecificação da curva. A renda variável, por sua vez, apresentou desempenho favorável, embora tenha permanecido sujeita a níveis mais elevados de volatilidade.

Rentabilidade Acumulada – Primeiro Semestre de 2026



Fonte: Quantum Axis e UNO.

3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPASEMAR é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, à Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2026.

4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira é gerida com atenção e dedicação pela gestão previdenciária, levando em conta os riscos derivados das mudanças econômicas nacionais e internacionais que impactam os mercados. O portfólio é estruturado para mitigar riscos e garantir, a médio e longo prazo, os recursos para os benefícios do IPASEMAR.

A carteira conta com 30 fundos de investimento, sendo 21 de renda fixa, 7 de renda variável, 1 fundo multimercado e 1 Fundo de Investimento Imobiliário. Além disso, o RPPS possui títulos públicos adquiridos de forma direta, todos marcados na curva.

O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPASEMAR, em junho, estava composta da seguinte forma:

ATIVO	SALDO R\$	%	5.272
BB TP FI RF REF DI	164.324.212,36	11,05%	7, I
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RF PREVID	161.792.091,29	10,88%	7, I
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA	138.253.313,72	9,30%	7, I
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID LP	108.952.942,16	7,33%	7, I
BB IMA-B TP FI RF	76.030.933,07	5,11%	7, I
BB PREVID RF TP VÉRTICE 2027 FI	62.869.662,34	4,23%	7, I
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	38.249.154,48	2,57%	7, I
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	28.218.347,84	1,90%	7, I
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	27.418.977,89	1,84%	7, I
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	24.675.727,99	1,66%	7, I
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TP FI RF	21.675.011,32	1,46%	7, I
BB IMA-B 5+ TP FI RF PREVID	13.834.534,98	0,93%	7, I
BB IRF-M 1+ FI RF PREVID	13.075.876,84	0,88%	7, I
BB PREVID FLUXO SOBERANO RF CP FIC FIF	9.057.765,11	0,61%	7, I
BB IRF-M TP FI RF PREVID	6.926.327,52	0,47%	7, I
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI LP - RESP LIMITADA	4.449.391,37	0,30%	7, I
TITULOS PUBLICOS	141.082.769,32	9,49%	7, II
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	229.805.712,25	15,46%	7, V
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	68.895.055,46	4,63%	7, V
BB CORPORATE BANCOS FIF CIC RF LP RL	8.882.250,28	0,60%	7, V
CAIXA FIC FI NOVO BRASIL RF IMA-B LP	1.609,31	0,00%	7, V
PIATÃ FI RENDA FIXA LP PREVID - CRÉDITO PRIVADO	42.671,42	0,00%	7, VII

BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	23.341.991,09	1,57%	8, I
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FIA	10.746.245,26	0,72%	8, I
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	8.375.221,34	0,56%	8, I
BRADESCO MAPLE VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	6.616.703,71	0,45%	8, I
BB DIVIDENDOS FIC AÇÕES	1.952.905,10	0,13%	8, I
BB AÇÕES GLOBAIS INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FIA.	40.850.939,75	2,75%	8, III
BB AÇÕES BOLSAS GLOBAIS ATIVO ETF FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	20.803.922,85	1,40%	8, III
BB FI MULTIMERCADO PREVID LP	22.869.874,86	1,54%	10, I
RB CAPITAL RENDA II FII	2.603.204,22	0,18%	11
TOTAL	1.486.675.346,50	100,00%	-

Fonte: UNO – junho/2026.

Com relação aos enquadramentos, a carteira de Investimentos do IPASEMAR possui a seguinte distribuição:

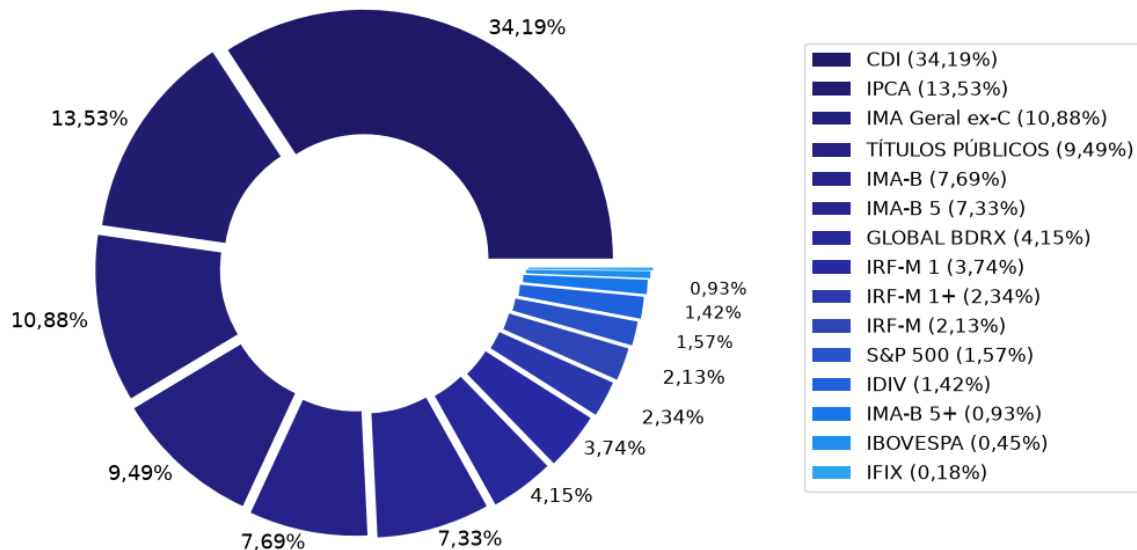
ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2026						
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo 06/2026 (R\$)	Saldo 06/2026 (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I – FI RF Ref 100% títulos TN	899.804.270,28	60,52%	15,00%	45,00%	50,00%
	7º V – FI de Renda Fixa	307.584.627,30	20,69%	15,00%	23,00%	30,00%
	7º II e III – Títulos de emissão do TN	141.082.769,32	9,49%	5,00%	10,00%	15,00%
	7º VII – Crédito Privado	42.671,42	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Total Renda Fixa	1.348.514.338,32	90,71%	35,00%	84,50%	100,00%
Renda Variável	8º III – BDR / BDR-ETF – Ações	61.654.862,60	4,15%	0,00%	0,00%	0,00%
	8º I – FI em Ações	51.033.066,50	3,43%	7,50%	13,50%	20,00%
	Total Renda Variável	112.687.929,10	7,58%	7,50%	13,50%	20,00%
Estruturado	10 I – Multimercado	22.869.874,86	1,54%	1,00%	2,00%	5,00%
	Total de Estruturados	22.869.874,86	1,54%	1,00%	2,00%	5,00%
Imobiliário	Art. 11 – Fundos Imobiliários	2.603.204,22	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%
	Total de Imobiliário	2.603.204,22	0,18%	0,00%	0,00%	0,00%
Total PL		1.486.675.346,50	100,00%	43,50%	100,00%	100,00%

Em relação à diversificação, os investimentos do IPASEMAR estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, com predominância de renda fixa (90,71%) e

participação complementar de renda variável (7,58%), estruturados (1,54%) e fundos imobiliários (0,18%), especialmente nos enquadramentos do art. 7º, I (60,52%), art. 7º, V (20,69%) e art. 7º, II (9,49%), e com maior concentração em benchmarks referenciados a CDI (45,08%) e IPCA (13,53%), além da participação de títulos públicos federais diretamente (9,49%), sem alterações estruturais relevantes no semestre, com avanço de títulos públicos (+6,20 p.p.) e redução de CDI (-2,24 p.p.).

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPASEMAR esteve exposto durante o primeiro semestre de 2026:

Distribuição por Benchmark



Fonte: UNO – junho/2026

Distribuição por Benchmark (%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
CDI	36,43	33,11	32,79	32,97	33,68	34,19
IPCA	14,14	13,80	13,88	13,76	13,56	13,53
IMA Geral ex-C	11,16	11,09	11,08	10,96	10,90	10,88
TÍTULOS PÚBLICOS	3,29	7,24	9,85	9,77	9,50	9,49
IMA-B	8,10	8,11	8,01	7,98	7,87	7,69
IMA-B 5	7,56	7,53	7,53	7,46	7,40	7,33
GLOBAL BDRX	4,11	3,93	3,70	3,96	4,22	4,15
IRF-M 1	3,86	3,83	3,82	3,77	3,75	3,74
IRF-M 1+	2,49	2,47	2,41	2,38	2,36	2,34
IRF-M	2,24	2,23	2,18	2,16	2,14	2,13
S&P 500	1,54	1,50	1,42	1,54	1,59	1,57
IDIV	1,63	1,68	1,64	1,61	1,45	1,42
IMA-B 5+	1,00	1,00	0,98	0,98	0,96	0,93
IBOVESPA	2,25	2,28	0,51	0,49	0,45	0,45
IFIX	0,20	0,20	0,20	0,19	0,17	0,18

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPASEMAR estão alocados e qual o real nível de risco incorrido pela carteira. A partir daí, esses ativos foram consolidados com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela abaixo apresenta as 40 maiores posições da carteira do IPASEMAR que, somadas, representam 92,69% dos recursos:

Nome do Ativo	Valor do Ativo (mil R\$)	Participação do Ativo
Cotas de BB TOP DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REF DI LP	229.818,22	17,31%
NTN-B - Venc.: 15/08/2026	182.624,95	13,76%
Títulos Públicos / adquiridos diretamente*	141.082,77	10,63%
NTN-B - Venc.: 15/05/2027	81.341,88	6,13%
Operações Compromissadas - LFT - 01/06/2031	75.106,66	5,66%
Brazilian Depository Receipt - BDR (omitidas)	39.822,12	3,00%
NTN-B - Venc.: 15/08/2028	39.775,50	3,00%
NTN-B - Venc.: 15/08/2030	38.198,98	2,88%
Títulos Públicos (omitidos)	31.525,66	2,37%
Operações Compromissadas (omitidas)	30.751,26	2,32%
Depósitos a prazo e outros títulos de IF (omitidos)	21.853,90	1,65%
Operações Compromissadas - LTN - 01/07/2029	20.770,10	1,56%
Ações (omitidas)	20.567,98	1,55%
LTN - Venc.: 01/07/2026	17.272,62	1,30%
NTN-B - Venc.: 15/05/2035	15.829,17	1,19%
Brazilian Depository Receipt - BDR - MSCI ACWI BDR	15.557,94	1,17%
LFT - Venc.: 01/09/2028	14.208,03	1,07%

NTN-B - Venc.: 15/08/2050	13.459,21	1,01%
Operações Compromissadas - LTN - 01/01/2029	13.441,53	1,01%
LFT - Venc.: 01/03/2029	12.550,27	0,95%
LFT - Venc.: 01/06/2030	12.389,03	0,93%
NTN-B - Venc.: 15/05/2029	12.100,41	0,91%
LFT - Venc.: 01/06/2032	11.354,75	0,86%
NTN-B - Venc.: 15/05/2045	11.227,17	0,85%
LFT - Venc.: 01/09/2027	11.218,53	0,85%
LFT - Venc.: 01/12/2031	11.032,17	0,83%
LFT - Venc.: 01/03/2030	10.025,34	0,76%
LFT - Venc.: 01/09/2029	9.352,45	0,70%
LFT - Venc.: 01/03/2032	9.142,33	0,69%
NTN-B - Venc.: 15/05/2055	8.607,52	0,65%
NTN-B - Venc.: 15/08/2040	8.605,88	0,65%
LFT - Venc.: 01/03/2028	7.654,80	0,58%
NTN-B - Venc.: 15/08/2032	7.042,88	0,53%
LFT - Venc.: 01/09/2031	6.822,81	0,51%
LFT - Venc.: 01/09/2026	6.669,44	0,50%
LFT - Venc.: 01/09/2030	6.662,40	0,50%
Debêntures (omitidas)	6.608,25	0,50%
NTN-B - Venc.: 15/08/2060	6.291,02	0,47%
Operações Compromissadas - LTN - 01/04/2028	6.234,65	0,47%
LFT - Venc.: 01/03/2027	5.704,56	0,43%

Fonte: Quantum Axis e UNO – 40 maiores posições consolidadas (30/06/2026)

Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, alguns fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de junho.

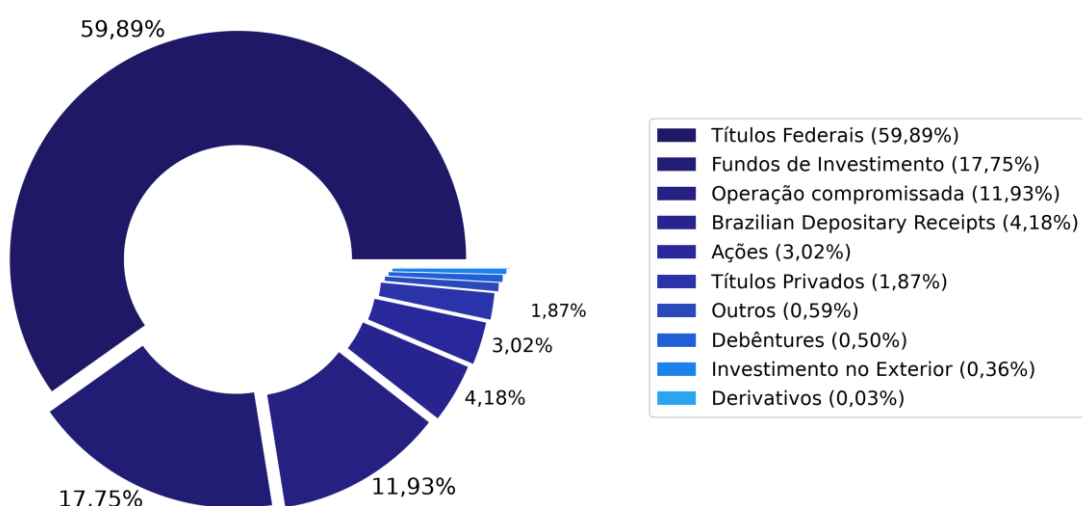
**A posição em "Títulos Públicos / adquiridos diretamente" corresponde às NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, todas marcadas na curva, conforme a tabela abaixo.*

Título	Vencimento	Saldo (R\$)	% PL
NTN-B 2029	15/05/2029	41.193.007,69	2,77%
NTN-B 2040	15/08/2040	38.081.548,78	2,56%
NTN-B 2031	15/05/2031	30.946.906,84	2,08%
NTN-B 2037	15/05/2037	15.438.096,73	1,04%
NTN-B 2033	15/05/2033	15.423.209,28	1,04%
TOTAL		141.082.769,32	9,49%

Considerando a carteira consolidada, observamos que 59,89% dos recursos do IPASEMAR são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta

(através da aplicação em fundos de investimento) e 11,93% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 71,82% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. Em complemento, há alocação em fundos de investimento cujas carteiras não estão disponíveis (17,75%), brazilian depositary receipts - BDR (4,18%), ações (3,02%), títulos privados de emissão bancária (1,87%), ativos classificados como "outros" (0,59%) e debêntures (0,50%).

Distribuição por Tipo de Ativo

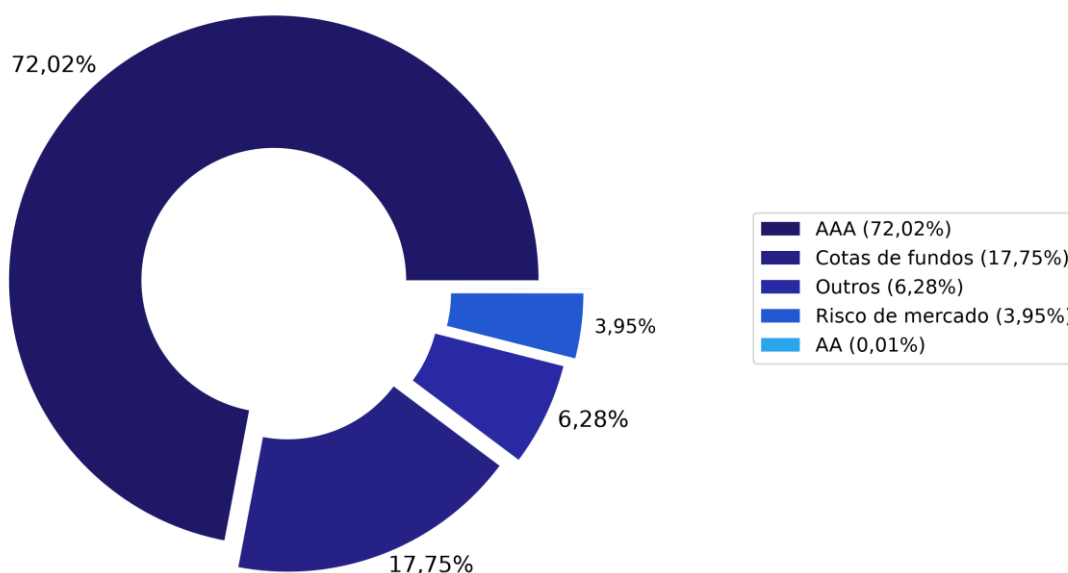


Fonte: Quantum Axis e UNO – junho/2026.

Com relação ao risco de crédito, observa-se que a carteira consolidada do IPASEMAR possui 72,02% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos privados e títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente ao rating soberano do país, os quais são considerados como os de menor risco de crédito do mercado brasileiro. Ademais, 3,95% são classificados como "risco de mercado", referindo-se especialmente a ações de empresas. Também há cotas de fundos (17,75%), ativos classificados como "outros" (6,28%) e AA (0,01%).

O gráfico abaixo demonstra o nível de risco incorrido nas aplicações do IPASEMAR:

Distribuição por Rating de Crédito



Fonte: Quantum Axis e UNO.

5. ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII

O IPASEMAR possui em carteira um fundo de investimento imobiliário, o RB CAPITAL RENDA II FII – CNPJ. 09.006.914/0001-34.

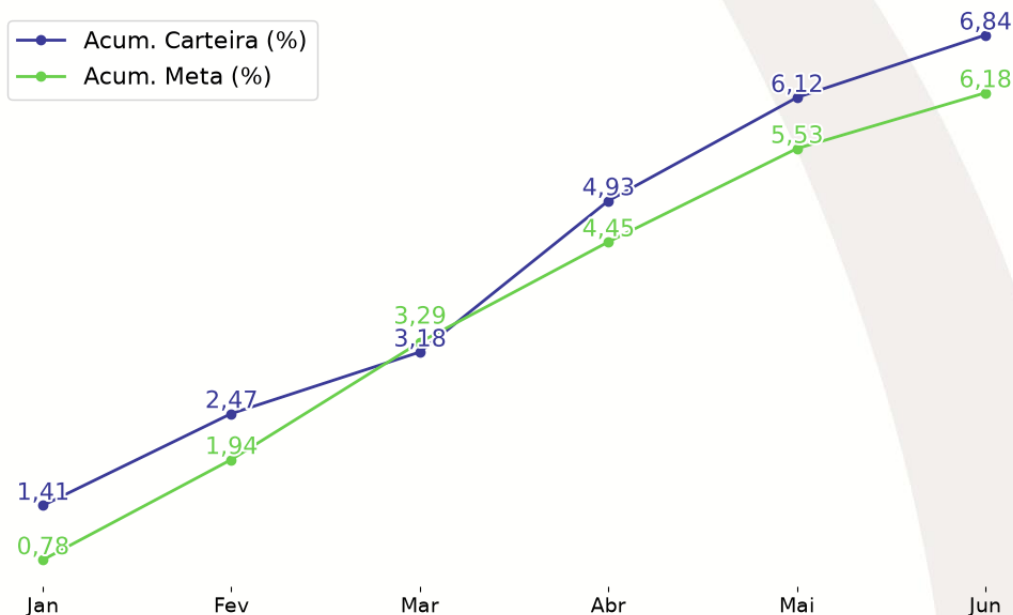
O fundo tem sua carteira atual composta por quatro imóveis de diferentes tipologias (megalojas, centro de distribuição e armazenagem e escritórios) localizados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Uberlândia (MG) e Natal (RN), que totalizam 23,7 mil m² de Área Bruta Locável (ABL), de acordo com o Relatório Gerencial de abril de 2026. Na distribuição por receita, o imóvel de São Gonçalo – RJ (Enel) é o mais representativo, respondendo por 58,5% do total, seguido de Rio de Janeiro – RJ (Zona Sul), 20,2%, e Uberlândia – MG (Ambev), 17,6%. O imóvel de Natal – RN (Mega Loja) está vago.

6. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A carteira do IPASEMAR encerrou o primeiro semestre de 2026 com rentabilidade acumulada de 6,84%, superando a meta atuarial de 6,18% em 0,66 p.p., o que corresponde a 110,81% do objetivo no período. O resultado reflete a condução da

estratégia de investimentos ao longo do semestre, em um cenário macroeconômico de inflação acima da meta e de manutenção da taxa de juros em patamares elevados, fator que favoreceu o desempenho dos ativos de renda fixa conservadores e mantiveram aderência aos objetivos do regime.

Rentabilidade x Meta – 1º Semestre de 2026



Mês	Carteira mês (%)	Meta mês (%)	Acum. Carteira (%)	Acum. Meta (%)	Atingimento (%)
Jan	1,41	0,78	1,41	0,78	180,60
Fev	1,05	1,15	2,47	1,94	127,41
Mar	0,69	1,33	3,18	3,30	96,57
Abr	1,69	1,12	4,93	4,46	110,54
Mai	1,14	1,03	6,12	5,54	110,66
Jun	0,68	0,61	6,84	6,18	110,81

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Amortização	Retorno	Saldo Final
Jan	1.348.245.382,64	73.519.821,93	70.615.447,33	44.522,28	19.074.506,73	1.370.179.741,69
Fev	1.370.179.741,69	74.917.073,23	66.339.206,18	37.101,90	14.430.210,34	1.393.150.717,18
Mar	1.393.150.717,18	107.139.717,03	98.159.950,42	37.101,90	9.886.682,00	1.411.980.063,89
Abr	1.411.980.063,89	37.147.055,92	29.134.073,09	37.101,90	23.962.648,30	1.443.918.593,12
Mai	1.443.918.593,12	38.258.509,58	26.851.802,96	3.241.949,99	16.343.189,08	1.468.426.538,83
Jun	1.468.426.538,83	35.551.760,44	27.477.206,45	37.101,90	10.211.355,58	1.486.675.346,50
Total		366.533.938,13	318.577.686,43	3.434.879,87	93.908.592,03	

Fonte: UNO.

7. ANÁLISE DOS RISCOS

7.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPASEMAR mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

7.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

7.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com uma boa condição de liquidez, uma vez que 55,87% dos recursos do IPASEMAR estão alocados em fundos com liquidez imediata (D+0 e D+1) e 20,93% em fundos com prazo de resgate entre D+2 e D+12. Por outro lado, 9,49% da carteira está alocada em títulos públicos adquiridos diretamente, marcados na curva, o que indica a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus respectivos vencimentos (entre 2029 e 2040). Além disso, 13,53% do patrimônio está em fundos de vértice com carência até agosto de 2026 (9,30%) e até maio de 2027 (4,23%). Por fim, há 0,18% da carteira alocada em fundo imobiliário, cuja liquidez está condicionada às condições de negociação das cotas no mercado secundário, e uma posição residual em fundo estressado sem liquidez.

7.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial, o IPASEMAR elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial, através da contratação de uma empresa especializada para tal. Segundo a Avaliação Atuarial de 2026 (data-base 31 de dezembro de 2025), há um déficit atuarial base de R\$ 1.160.393.986,52. Considerando as receitas projetadas do plano de equacionamento da Lei Complementar nº 21/2024 (R\$ 884.204.761,80), resta um déficit remanescente de R\$ 276.189.224,72, que se converte em superávit de R\$ 136.911.034,48 ao se considerar o Limite de Déficit Atuarial (LDA) de R\$ 413.100.259,20.

Além disso, o RPPS elabora o estudo ALM, que busca analisar a situação do fluxo atuarial, indicar uma taxa de retorno que mantenha o equilíbrio durante a vigência do regime e sugerir uma composição de carteira que entregue o melhor nível de solvência em diversos cenários. Considerando os fluxos de caixa projetados no estudo de ALM de 2026 (base maio de 2026), observa-se que o IPASEMAR enfrentará sucessivos déficits financeiros a partir de 2031, reflexo do aumento progressivo das obrigações previdenciárias e da redução das receitas correntes. Contudo, ao se incorporar os resultados esperados dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo de caixa agregado permanecerá positivo até 2043. Para que essa dinâmica se confirme e o regime permaneça solvente até o término do plano, é necessário alcançar uma rentabilidade real mínima de 6,26% a.a.. Mantidas as premissas, as simulações indicam que o RPPS possui risco de solvência relativamente baixo, especialmente para o horizonte de curto e médio prazo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observa-se que a carteira do IPASEMAR no primeiro semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, mantendo grande percentual alocado em ativos "garantidores" de meta, especialmente fundos de renda fixa atrelados ao CDI e fundos de vértice, além de títulos públicos federais adquiridos diretamente e marcados na curva.

No que se refere ao desempenho da carteira, a estratégia adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial no período, assim como uma volatilidade controlada, especialmente por conta dos títulos marcados na curva e dos fundos DI.

Logo, com exceção do fundo estressado que não possui liquidez para resgate imediato, os ativos que compõem a carteira do IPASEMAR, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades e, de forma geral, tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.

Vitor Leitão

Consultor de Investimentos